



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA**

PRESIDENTE: EDUARDO MATARAZZO SUPPLY

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 11 DE ABRIL DE 2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito boa tarde a todos.

Quero reiterar o convite aos membros desta Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania e no aguardo da presença da Vereadora Adriana Ramalho, do PSDB; do Vereador André Santos, do PRB; do Vereador Fernando Holiday, do DEM; a Vereadora Patrícia Bezerra, do PSDB; do Vereador Rodrigo Goulart, do PSD; da Vereadora Soninha Francine, do CIDADANIA23 e do Vereador Toninho Vespoli, do PSOL; e com a presença da Vereadora Juliana Cardoso, que já assinou a lista de presença.

Declaro abertos os trabalhos da terceira audiência pública da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.camara.sp.gov.br, no link Auditórios Online.

O tema desta audiência é a violação dos Direitos Humanos na Comunidade do Cimento.

Informo que foram convidados os Srs. Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Marcelo Costa Del Bosco Amaral; Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Berenice Maria Giannella; Secretário Municipal das Subprefeituras, Alexandre Modonezi de Andrade, que informou que não poderá estar presente; Secretário Municipal de Habitação, Aloísio Pinheiro; Secretário Municipal da Educação, Marcos Cordeiro. O Sr. Marcos Cordeiro é o assessor parlamentar? Muito bem. Agradeço a sua presença.

Também foram convidados os Srs. Edson Tomaz de Lima, Presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, Amlurb; Monty Dahan, seja muito bem-vindo; Túlio Rossetti; Catarina Clotilde Ferraz Rossi, assessora de Relações Institucionais da Amlurb. Seja bem-vinda. Foram convidados também os Srs. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, representado, pelo Major Frederico, seja bem-vindo; do Corpo de Bombeiros, Coronel Eduardo Rodrigues Rocha, representado pela Major Cintia; da Pastoral da Terra, Padre Júlio Lancelotti; da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, José Roberto Rodrigues

de Oliveira, representado pelo Inspetor Wilson Batista; do Núcleo Especializado de Infância e Juventude, Sra. Ana Carolina Oliveira Golvim Schwan; do Ministério Público, Núcleo de Infância e Adolescência, Dr. Eduardo Dias; da entidade Mooca Cidadania, Lucas de Sacchis e Thiago Moliani; da Prefeitura Regional da Mooca, Subprefeito Guilherme Kopke Brito - informou que não poderá comparecer -; da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Sr. Alexandre Trevisan; a Coordenadora do Núcleo de Acompanhamento Legislativo, Sra. Margarete Pedroso; Nobio Rocha, Coordenador do Núcleo de Ações Emergenciais da Comissão de Direitos Humanos da OAB; da Comunidade do Cimento, as Sras. Natália Pereira, Gleice Berger; Ana Caroline de Souza; e o Sr. Reinaldo Márcio. Também está presente o ex-Vereador e Deputado Ítalo Cardoso. Seja muito bem-vindo.

Convido o Sr. Secretário Marcelo Costa Del Bosco Amaral para compor a Mesa; como também os Srs. Marcos Cordeiro, representando a Secretaria Municipal de Educação; Monty Dahan, da Amlurb; Major Frederico, da Polícia Militar; Major Cintia, do Corpo de Bombeiros; Dra. Ana Claudia Vigliar, da Secretaria de Segurança Pública do Estado; Alexandre Trevisan, da Comissão de Direitos Humanos da OAB; e Inspetor Wilson Batista dos Santos.

Em vista do ocorrido na Comunidade do Cimento cujos barracos, cabanas e formas de habitação bastante precárias e tendo em conta o pedido de reintegração de posse que deveria ser completado naquele sábado quando se iniciou um procedimento ainda quando não estavam todas as famílias devidamente fora de seus aposentos e seus barracos, iniciou-se um incêndio.

Não sei se a Secretaria de Segurança já tem um diagnóstico mais completo sobre o ocorrido, mas eu agradeço a presença das autoridades municipais e do Estado. Ouvimos há cerca de duas ou três semanas muitos dos moradores que se dirigiram seja para o CTA do Canindé, outros para uma ocupação na Rua do Hipódromo, outros para outra ocupação ali perto da paróquia da igreja do Padre Lancellotti.

Gostaria de informar a todos que o objetivo desta audiência é sobretudo com o

intuito de primeiro fazer um diagnóstico melhor do acontecido, de como se deve também tomar as medidas necessárias para o devido acolhimento daquelas famílias que lá estavam e que ficaram sem direito à moradia com dignidade, que providências estão sendo tomadas pela Prefeitura com respeito àquelas famílias que foram vitimadas e que medidas o Poder Público municipal está tomando para sobretudo prevenir e que não haja situações tão graves quanto aquela que acabou resultando naquele incêndio e na perda de muitos pertences daquelas pessoas que residiam ali.

Acredito que será importante que possa, em primeiro lugar, nos falar o Secretário Marcelo Costa Del Bosco Amaral, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

O SR. MARCELO COSTA DEL BOSCO AMARAL - Boa tarde, Vereador Suplicy.
Boa tarde a todos integrantes da Mesa.

É importante esta audiência até para esclarecer alguns fatos que foram ventilados na mídia e eu acompanhei, lógico, que aquela ocupação é um processo que vem desde 2013, depois 2014 houve o fortalecimento daquele local, 2016 teve um cadastramento e aí já em 2017/2018 tiveram algumas ações da Prefeitura.

Mas quando houve a decisão da Dra. Maria Gabriela, foi uma decisão que demorou até bastante tempo para ser executada até por conta da preocupação dela com as diversas famílias e o que poderia ocorrer naquele local. Ela determinou, depois, em contato com a Secretaria, era o Secretário José Castro que ainda estava no dia e participou, foi o porta-voz da operação e o Secretário teve diversas audiências com ela onde foi combinada uma audiência de conciliação com todas essas famílias que estavam cadastradas.

Dessas famílias que estavam cadastradas, do dia 18 de março ao dia 22 de março, nós tivemos essas audiências com a participação – e quero agradecer – da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, da Secretaria de Educação, Secretaria de Habitação e da Secretaria de Assistência que estiveram juntas participando dessas audiências, primeiro, para

poder avaliar a situação do cadastro até porque muitos não tinham nem o cadastro com a Habitação, então, lá mesmo, já foi executado com essas famílias que estavam cadastradas no cadastro de 2016 essas famílias participam dessa audiência. Lógico que tiveram outras audiências que algumas o Secretário José Castro participou, mas estou falando já deste ano para cá, e nesses dias até o Vereador Senador Suplicy esteve presente para ver como eram feitas essas audiências e o que estava sendo observado.

A Prefeitura teve uma preocupação com a questão da Secretaria de Educação até porque muitos para se ter uma mudança para algum equipamento da Assistência Social, a preocupação era ter também o atendimento a crianças nas escolas ou nas creches.

Outra questão importante foi avaliada a própria questão da saúde, pois muitos tinham um tratamento da Saúde naquele local e poderiam ter de mudar de unidade ou fazer um trabalho, então, a Secretaria da Saúde.

A Secretaria da Habitação, como eu disse, participou de cadastramento. A Secretaria de Direitos Humanos acompanhou porque tem muitos casos que eram tratados em centros que eles trabalhavam já com famílias daquele local.

Foi feito esse processo das audiências que deveria ter sido feito antes, mas tiveram várias conversas com a Dra. Maria Gabriela, e foi depois, nesse período que foi estabelecido, depois das audiências, tiveram, para a saída, para a mudança das pessoas que estavam lá e cadastradas da audiência, já foram estabelecidos alguns desses equipamentos, para os quais essas pessoas iriam. Então, na audiência ficou acertado desde a questão do local para onde iriam até questão de educação; também, quando havia animais, para se levar os animais; e também da guarda dos objetos pessoais, os quais ficariam guardados num depósito da Prefeitura. Isso foi estabelecido no termo de audiência com a doutora, acompanhado da Prefeitura.

Tenho aqui um relatório, cujos números que depois eu posso passar, relativos às famílias dos 215 moradores identificados, dentre os quais 66 crianças. O senhor citou a

questão do Canindé, principalmente quando falamos em vagas para as famílias, e também a preocupação com os animais. Quando já estava estabelecido, tanto na sexta como no sábado, que várias famílias fizeram a saída voluntária, isso já estava sendo preparado com ajuda, com organização da Prefeitura de São Paulo, mas com a participação efetiva de diversos membros, e cito as instituições. Tivemos preocupação, logicamente, com as nossas forças policiais, a Polícia Militar do Estado de São Paulo, à qual agradeço, pois não houve um momento sequer um momento de violência e de falta de humanização durante a operação. Eu estava lá. Estou falando da operação, porque quando o senhor esteve lá à noite, no episódio do fogo, eu estava lá também. Eu vi o senhor. Depois falamos do dia anterior; mas, na questão da operação, foi estabelecido que o início seria às 6 horas da manhã. Estavam presentes a Polícia Militar, a Guarda Civil Metropolitana, além de outros órgãos: Casa Civil, a Secretaria da Saúde e Covisa, Secretaria da Educação, Secretaria de Direitos Humanos, e a nossa Secretaria, de Assistência Social. Juntamente com os oficiais de justiça, que estavam lá no horário, nós começamos a operação. Logicamente, havia acontecido aquele horrível incêndio à noite, mas foi feita a operação. Agradeço o trabalho dessas forças, desses trabalhadores, sejam da força de segurança da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana, como das Secretarias, que estavam ali presentes. Mas isso acabou, a oficial de justiça acompanhou todos os pontos da região do viaduto Bresser, que era o objeto da operação, juntamente com a Secretaria, com nosso departamento da Procuradoria do Município. Foram analisados todos os pontos.

Havia ainda algumas pessoas que ficaram no local, algumas das quais aceitaram abrigos. Outras não aceitaram o encaminhamento da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. No dia anterior, fomos avisados de que houve um incêndio muito naquela região. Eu, como Secretário Adjunto, fui para o local. Aproveito para parabenizar os bombeiros que, em vista do tamanho do incêndio, agiram rapidamente. Numa das conversas que tive, por volta das 9 horas, 10 horas da noite – não me recordo exatamente, mas o senhor estava lá nessa hora -, o Comando disse que não sabia. Houve destruição das habitações que

ali existiam, mas que não tinha havido nenhuma vítima. Depois, no dia seguinte, foi relatado que uma vítima estava no hospital em estado grave. Não foi passada em hipótese alguma essa informação para as Secretarias, até porque o próprio bombeiro também não tinha, até porque não foi retirado dali, e foram vistoriados todas, na via, naquele canteiro central, todos os locais. Tanto que depois alguns não pegaram fogo, tanto que há casos de famílias que ainda tiraram os seus pertences; e à noite foram levados para a Subprefeitura também esses pertences, e a pessoa encaminhada - caso de uma senhora solteira que morava no local. Alguns pertences ficaram. Estava presente a Polícia Militar e a Guarda Civil. A Polícia Civil fechou o local para uma perícia, e dois ou três locais ficaram ainda com os pertences. Logo de manhã, algumas falaram que iriam para casa da família, e de outras que quiseram, nós levamos os pertences para o depósito,

Então, houve um trabalho muito grande, porque não é só deste ano ou do ano passado. Houve a participação de várias pessoas e diversas Secretarias. Volto a dizer: a juíza não teve rapidez para essa realizar essa ação porque foram muitos meses de conversa e audiências para se chegar até esse dia - tanto sexta como sábado e domingo -, que seria o final do prazo para a desocupação.

Então, fico aqui para as perguntas, mas gostaria de dizer que outros colegas de V.Exa. aqui desta Casa estiveram no local no domingo, olharam o que estava sendo feito, perguntaram de alguns pontos e também sobre os animais. Houve preocupação tanto com seres humanos foi muito grande em relação à retirada do material que ali restou após o incêndio, porque por ação dos Bombeiros, da Guarda Civil e da Polícia Militar, foram duas ou três vezes vistoriados cada local dali que servia de moradia para que somente depois houvesse a retirada dos entulhos. Tanto foi assim que até gatos que estavam lá foram retirados. Quero deixar bem claro que quando estavam fazendo essa operação, numa parte, nobre Vereador, em frente ao posto desativado, enquanto os bombeiros faziam o trabalho e a polícia e a guarda civil vigiavam, e, logo em seguida, em certo local, aparecia um fogo

monstruoso de uma hora para outra, depois em outro local; depois, ocorria em outro local. Tanto foi assim que num dos momentos quase foi atingido um funcionário da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, pois ele entrou numa habitação para atender a senhora cujos pertences estavam sendo retirados. Quando ele virou de costas, houve uma explosão. Parece-me que foi preso um homem ou pela Guarda Civil ou pela Polícia Militar, o qual foi levado para a delegacia.

Então, fico à disposição e agradeço o convite para qualquer explicação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Secretário Marcelo Costa Del Bosco Amaral. Eu acho que é importante que possa permanecer para ouvir as demais pessoas que irão contribuir para o esclarecimento completo. E daí é possível que haja perguntas.

Alguns dos moradores, ao se deslocarem para a Rua do Hipódromo, foram atingidos por alguma forma. Inclusive, naquela noite, a certa altura, o padre Júlio Lancellotti pediu que eu fosse até a Rua do Hipódromo porque ali estava havendo alguma forma de repressão. E com algumas pessoas que chegaram a levar tiros de bala de borracha ou até foram atingidos por cassetetes.

Vamos prosseguir.

Alguma representação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos? (Pausa) Ainda não. Da Subprefeitura? (Pausa) Ainda não. Da Habitação? (Pausa) Ainda não.

Passo a palavra ao representante da Secretaria Municipal de Educação, o assessor Marcos Cordeiro.

O SR. MARCOS CORDEIRO – Boa tarde, Vereador. Em seu nome, cumprimento todas os componentes da Mesa, os presentes.

Quando aconteceu o fato, quanto à parte que nos cabia, o Secretário deu a determinação para correremos atrás da parte de demanda. Fizemos um estudo imediatamente. E a outra parte é a parte do Napa – Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem.

Esse pessoal esteve no local, conversou com as famílias, conversamos com as crianças. E da nossa parte, o que nos toca, conseguimos atender todas as crianças. Caso alguma precise ser realocada, todas estarão cobertas num raio de 2 km do fato acontecido, seja depois, no centro temporário ou onde eles estavam. Então, da nossa parte, hoje, só para vocês terem uma noção: na região da DRE que pega Belém e Mooca, nós temos 2.924 vagas, entre CEI, EMEI, EMEF e MBS. Hoje, o que a gente usa tem 2.731, ou seja, temos quase 200 vagas de sobra caso precise ser realocada alguma criança.

Estou à disposição dos senhores para qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Houve algumas mães com três, quatro crianças, que estavam com dificuldade de serem matriculadas e tudo. E a mãe também não estava com condições adequadas de conseguir um trabalho cuidando de três, quatro crianças. E, por acaso, houve alguma assistência especial a uma mãe que estava nessas condições. E, inclusive, quando eu perguntei se ela estava no Bolsa Família, ela falou que não, porque estava sem a documentação adequada. Numa situação como essa, como a Prefeitura, a Assistência Social, os Direitos Humanos e a Educação agem?

O SR. MARCOS CORDEIRO – A gente não tem conhecimento de nenhum caso de criança que não está sendo assistida, que não conseguiu vaga ou qualquer coisa do tipo. Caso tenha alguém...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCOS CORDEIRO – Pode passar o caso, o pessoal da demanda está aqui.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Qual é o seu nome?

A SRA. NATÁLIA PEREIRA – Natália.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Natália, vamos ouvir as autoridades. Depois, casos como o seu, eu vou pedir que sejam expressos aqui também –

quando houve casos de violência –, registrados no microfone, para que possam ser ouvidos e registrados.

Primeiro, vamos ouvir as autoridades do município e do estado.

O SR. MARCOS CORDEIRO – Natália, não temos conhecimento do seu caso. Parece que tem um pessoal do lado que, pelo jeito, está na minha situação. Vamos pegar o nome. É determinação do Secretário, prioridade número um da Secretaria, atender quem esteja de fora. Então pode ficar tranquilo, que vamos acertar. Não tínhamos o conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado.

Agora vamos ouvir o representante da Amlurb, o Sr. Monty Dahan.

O SR. MONTY DAHAN – Boa tarde.

A nossa atuação nesse episódio foi bem restrita, porque nós, em princípio, cuidamos da limpeza. A empresa prestadora de serviço na região, que é a Inova, foi chamada. E praticamente, depois que aconteceu o incêndio, depois que a operação tinha sido concluída, ela fez a limpeza do local. Então não tivemos uma participação direta no episódio.

O que nós gostaríamos de destacar é que a Amlurb, além de fazer a limpeza, trabalha basicamente focada em três eixos: a correção ambiental; a questão da economia da limpeza, da logística da limpeza; e nós trabalhamos fortemente também na questão de inclusão social.

Indiretamente, como é que operamos: nós trabalhamos no sentido de organizar cooperativas, que são cooperativas de pessoas de baixa renda que se unem para a reciclagem dos resíduos sólidos da cidade – plástico, papel, papelão, metais. Fazemos todo um trabalho no sentido de abrir oportunidades para essas pessoas, tendo em vista a sua inclusão social, gerando emprego, gerando ocupação, gerando renda.

Nós temos cooperativas na região em que atuam. Estamos, no momento, desenvolvendo um programa de treinamento com vistas a entrar no mercado de trabalho de

2.100 catadores, buscando que eles entendam os valores do cooperativismo, que eles entendam a sua situação, que eles recuperem a autoestima e a dignidade, que eles aprendam a se associar e a trabalhar cooperativamente para se inserir na sociedade. Esse é o nosso foco, essa é a nossa atuação. Nesse momento, estamos com um programa de 2.100 catadores. Rapidamente, vamos lançar programas para desenvolver essas pessoas para agentes ambientais. E essa é a forma que a Amlurb encontra de trabalhar nesse setor.

Diretamente, nós fizemos a limpeza no local, mas, indiretamente, a gente trabalha para que, realmente, essas questões sejam saneadas e corrigidas do jeito certo, incluindo as pessoas, recuperando dignidade, autoestima, entrando no mercado de trabalho.

É essa a nossa atuação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Monty Dahan.

Eu quero registrar que ainda ontem estive no CEU Inácio Monteiro, participei da cerimônia em que 130 pessoas que trabalham como catadores de material reciclável, concluíram a sua formação no curso mencionado pelo Sr. Monty Dahan, que a Amlurb e a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento têm realizado. Estava presente a Secretária Aline Cardoso. Eu considero essa iniciativa bastante positiva, sobretudo o estímulo e o ensino para a formação de cooperativas.

Eu até transmiti ao Presidente Edson Tomaz de Lima, da Amlurb, bem como à Secretária Aline Cardoso que, quem sabe, possa a Prefeitura ainda dinamizar melhor essas iniciativas. Por exemplo, uma sugestão feita por um professor da área da saúde, da Universidade de São Paulo, propõe que sejam formadas cooperativas de catadores de material reciclável, não apenas para recolher esse material, leva-lo às usinas da Amlurb, mas também continuar o trabalho de transformação desse material reciclável em paredes, janelas, móveis e, assim, poderem até prosseguir o trabalho de construção de sua própria moradia em possível área pública da Prefeitura.

Quero deixar aqui registrada essa hipótese, ao Secretário Marcelo Del Bosco Amaral, da Assistência Social, no sentido de que possa ser considerada.

Agora vamos ouvir o representante do Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Marcelo Vieira Sales, portanto o Major Frederico.

Permita, antes que o senhor possa se pronunciar, há, pelo menos, uma ou duas pessoas aqui que testemunharam, na reunião que tivemos, que houve alguma situação de desrespeito, digamos, e violência para algumas daquelas pessoas. Salvo engano, podem levantar a mão os dois. (Pausa.)

Podem vir aqui rapidamente descrever o que aconteceu, informando seus nomes respectivamente. Descrevendo se o episódio ocorreu ali mesmo na rua onde estava a Comunidade do Cimento, ou se foi na Rua do Hipódromo e quais foram as circunstâncias.

Seu nome completo, por favor. O que aconteceu?

O SR. REINALDO MÁRCIO - Reinaldo Márcio.

Um dos detalhes que aconteceu foi a força bruta da polícia, porque realmente soltaram muita bomba, com muita criança presente, gás de pimenta. Isso realmente aconteceu. Tanto que eu filmei três policiais em cima de um rapaz. Eles me pegaram filmando e quebraram meu celular. Isso foi acontecido. Eles não quiseram que eu ficasse com o celular.

Até me auxiliaram, na hora de pegar o número da viatura, o nome de alguém, na hora realmente você não vai pensar nisso. Eles não deixaram, algumas pessoas que conseguiram tirar as coisas de lá, na frente na área onde era usado para banheiro, eles meteram o pé nas geladeiras que caíram no chão. Muitas geladeiras hoje se encontram na Rua do Hipódromo, sem porta. Entendeu? Por conta que eles meteram o pé nos móveis que poucos conseguiram salvar, digamos assim.

P – O episódio da violência que você registrou foi ali na rua onde estava a Comunidade do Cimento ou depois na Rua do Hipódromo?

R - Na Comunidade do Cimento.

P – Na Comunidade do Cimento.

R - Correto.

P – E foi antes ou depois de iniciado o incêndio?

R - Foi durante, porque muita gente estava retirando os móveis e a polícia não deixou que eles mexessem nos móveis.

P – E você, Reinaldo, foi ferido de alguma forma, não?

R - Eu naturalmente não. Só perdi meu telefone, porque tentei ajudar o rapaz que estavam - vamos colocar assim - ele tentou puxar os móveis e a polícia impediu a entrada dele.

P – Você tentou recuperar o seu telefone depois junto à PM, não?

R - Não. Simplesmente ele quebrou.

P – Quebrou?

R - Ele quebrou porque tomaram da minha mão, na verdade. Tomaram porque eu gravei a parte que eles estavam agredindo um dos moradores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Está bem. Muito obrigado.

Por favor, o próximo. Como é seu nome completo?

O SR. WESLEY RAIS - Meu nome é Wesley Rais.

P – O que aconteceu?

R - Na verdade, não foi só no dia. Durante toda semana a gente já estava sentindo uma repreensão por nossa parte. No entanto, no momento em que eu conversava com alguém de direitos humanos durante a semana, veio uma viatura nos filmando, isso para nós é uma repreensão. Pela forma de como as viaturas já estavam passando durante toda semana. Porém, no dia, não foi só agressão psicológica, teve também agressão.

Eu estava com uma criança, socorrendo essa criança, eu acabei sendo ferido na minha perna. Tanto com tiro, quanto com bomba. Fora a expressão verbal, porque a gente já tinha se retirado do local, ninguém estava em cima da corporação, a gente, na filmagem que eu tenho, está lá escrito o nome da rua, que era na Alcântara, ou seja, a gente já não estava no

foco da favela, não teria porque eles terem vindo em cima de nós, principalmente com criança no colo.

Vieram de forma agressiva, falando palavras horríveis, homossexual, veado, diversas coisa que ali eles já quebraram o nosso direito. Tanto na violência, quanto na violência verbal. Então, assim, durante toda semana já estava tensa a nossa situação.

No momento, foi o que aconteceu, eu fui agredido com cassetete com uma criança no colo, ainda pelas costas, sem questão de necessidade.

Hoje, vir aqui e falar em plena reunião ou ter medo de falar do que aconteceu, é muito bonito vir falar palavras bonitas, só que a gente estava lá. Nós vivemos aqueles momentos.

No entanto, quero dizer para o Secretário de Serviço Social, tu me disse que lá teve pessoas para ajudar. Foi completamente diferente. Eu estava lá, tu não estava. Eu vivi a realidade. Se te passaram pela Prefeitura ou pela tua Secretaria que foram lá fazer alguma coisa, foi de forma completamente errada. Porque era um caminhão para jogar tudo em cima. Ali estão várias mães, várias famílias.

Se fosse mesmo isso que o senhor está colocando, vou te dizer, a Francine foi lá respondendo pela Prefeitura, falou que iria nos acolher. Mais uma situação, além de mães, mulheres, famílias que há naquele local, tem a comunidade LGBT. Eu queria que dentro do seu sistema de serviço social tu procurasse quais os homossexuais, casal homossexual, que foram chamados para ter uma conversa com essa juíza. Não foram.

As informações que tu tem estão completamente erradas. Eu acho bom tu participar mais e ver a realidade que aconteceu naquele dia. Existe também o serviço social da SMADS. A gente liga para o 156, e eles dizem que vão nos buscar. Tem o pessoal do colete, mas eles só fazem um cadastro e deixa a gente esperando.

Por isso, você que está aqui como Secretário da Assistência Social, é bom rever os seus conceitos e ver quem está fazendo parte dessa Secretaria, porque naquele dia teve

agressão, teve coisa errada e não teve nada disso que o senhor comentou. Teve, sim, alguns carros para pegar poucas famílias. Mas, e o restante que ficou lá? A Francine foi responder pela Prefeitura e falou para nós: “Continuem aqui que eu estou vindo buscar vocês”. Depois desse carro, nenhum outro voltou para buscar ninguém. Eu não tive nenhuma proposta. Se você olhar no cadastro da Prefeitura, vai ver que não tem o nosso cadastro. É preconceito a forma como a Secretaria está agindo.

Existiu, sim, agressão e diversas coisas erradas naquele dia, e hoje eu não tenho medo de falar, porque eu já passei pelo pior. Vou gritar, não em prol de mim, porque as coisas minha vida estão acontecendo, mas tem mães com família que continuam na mesma situação. Se é como o senhor disse, que vai resolver, por que, então, as pessoas continuam no mesmo local? Por que não foi uma equipe lá dentro tentar ajudar as mães no que elas necessitam?

Sobre a questão do Secretário de Educação, há dois anos eu moro no cimento e há diversas coisas erradas lá. Elas não conseguem vaga lá, e o senhor vem falar para mim que está sobrando vaga? Então, tem alguma coisa errada. Ao invés de falar palavras bonitas, é preciso participar, estar junto do povo para ver a realidade em que a gente vive.

Nós não temos que ter medo de falar as coisas, porque nós somos seres humanos. Muitas dessas cadeiras foram ocupadas por pessoas não por serem negros ou gays, mas porque nós votamos e por isso nós precisamos ser respeitados. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado.

As mães também terão oportunidade de falar.

Tem a palavra o Sr. Anderson Campos Dutra Puccetti, representante e membro do Movimento Estadual da População em Situação de Rua.

O SR. ANDERSON CAMPOS DUTRA PUC CETTI – Primeiramente, boa tarde à Mesa e aos cidadãos presentes.

O nosso querido Secretário da SMADS veio relatar que teve acompanhamento e que não houve nenhuma agressão. Mas, como já foi relatado pelo nosso companheiro, houve

agressão, sim, houve represália. Na Rua do Hipódromo, como foi falado pelo presidente da Mesa, passavam viaturas e, se alguém de lá dentro do galpão tentasse sair, não entraria novamente e, se entrasse, seria por meio de agressão. Isso é completamente constrangedor e inaceitável com o cidadão. É constrangedor a forma como você se predispôs a falar que houve acompanhamento. Eu não estava presente, mas recebi alguns vídeos e algumas demandas e achei desumano com cidadãos brasileiros.

Vocês falaram que houve encaminhamento para CTAs e para albergues, mas a Secretaria já se encontra em defasagem, pois a demanda dessa população é muito grande, ainda mais com a discriminação que sofre o público LGBTQI. Conheço o Barra Funda II, que atende a essa população, e o Florescer, na Rua Prates, dentro do complexo Prates, mas ali tem um número muito baixo de atendimento e de qualidade, ainda mais com o Decreto 58636, que trata do congelamento de gastos. Então, para onde vamos levar as famílias que estão indo para a rua e de que forma oferecer 100% de legalidade e moralidade para essas pessoas, ainda mais com a dificuldade com que se encontra a Secretaria?

Para mim, isso é inaceitável. Queria que você pudesse explicar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado.

Agora vamos ouvir o representante da PM, Major Frederico.

O SR. FREDERICO – Boa tarde a todos. Prezado Vereador Eduardo Suplicy, é uma honra reencontrá-lo. Estou aqui representando o nosso Comandante e atualmente chefeio o Departamento de Direitos Humanos da instituição, mas já tive oportunidade de, pessoalmente, comandar reintegrações de posse, principalmente na periferia; a última, muito grande, em Osasco.

Eu anotei as demandas. Sobre a reintegração, houve um incêndio no dia 23 e a reintegração ocorreu no dia 24. Recebemos um ofício do Condepe - Conselho de Defesa da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça, na pessoa do seu Presidente, o meu colega Dr. Dimitri Sales, relatando algumas questões, e também por meio das redes sociais.

Foi instaurada uma investigação preliminar pelo Batalhão da área dos fatos, pela circunscrição dos fatos – apenas para ilustrar, a área dos fatos é comandada pelo 45º Batalhão –, mas essa investigação preliminar ainda não foi concluída. A encarregada entrou em contato com o Padre Sílvio Lancellotti em busca de maiores informações; eu anotei e depois, se me permitirem, o Reinaldo, o Wesley e o Anderson, só para pegar maiores contatos para que os senhores possam ser ouvidos da investigação preliminar na sede do 45º Batalhão.

A Polícia Militar do Estado de São Paulo tem 187 anos e não coaduna com nenhum desvio de conduta e é promotora de direitos humanos. Então, se houve qualquer tipo de desvio de conduta, será apurado. Não há órgão no Estado brasileiro que corte tanto sua própria carne como a Polícia Militar. No ano passado, foram quase 300 policiais demitidos, em sentido *latu*, porque há dois tipos de exclusão: demissão ou expulsão. Portanto, não passamos a mão na cabeça de policial infrator dos seus regulamentos ou que afronte a lei. Os três rapazes que aqui se expressaram, se quiserem, já deixo o endereço do *e-mail* do meu departamento, que encaminharei para a minha encarregada da investigação para que os senhores possam ser devidamente ouvidos e os fatos, esclarecidos. Escrevam para direitoshumanos@policiamilitar.sp.gov.br

Da minha parte é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Agradeço ao Major Frederico. Acho importante essa sua iniciativa e gostaria até de, se me permite, sugerir que encaminhem com cópia para este Vereador, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para eu poder acompanhar o trabalho a ser realizado. Peço à minha assessoria que também forneça o endereço do meu *e-mail*, para que me mandem cópia.

Obrigado pelos esclarecimentos.

Agora, vamos ouvir a Major Cíntia, do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

A SRA. CÍNTIA – Senhoras e senhores, boa tarde.

No dia do incêndio, eu estava como coordenadora de operações. Não estive presente no local, mas acompanhei o desenrolar da ocorrência pelo nosso Centro de Operações. A ocorrência desse incêndio deu entrada por volta das 19:30h. O Corpo de Bombeiros despachou 21 viaturas com 67 homens e mais dois civis, um médico e uma enfermeira. Houve o combate, o rescaldo, a procura de vítimas fatais. No período em que o Corpo de Bombeiros esteve lá, não houve constatação de vítima fatal, bem como também não houve o socorro de vítimas vivas e a atuação do bombeiro foi isto: o combate ao incêndio e o rescaldo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Agradeço, então, se as duas mães presentes com crianças puderem vir aqui à frente, para relatar o que aconteceu. Pelo microfone, por favor...

Eu gostaria, também, de... Major Cíntia e... Também há o responsável pela Segurança Pública. Há outro, aqui, presente? Não? Ah, sim! Há a Dra. Ana Claudia Vigliar. Antes da sua pergunta, eu gostaria de perguntar à Dra. Ana Claudia Vigliar – e se a Major Cíntia e o Major Frederico tiverem complementação...

No diagnóstico feito pela Secretaria da Segurança, pelos bombeiros, como se iniciou o incêndio? Qual foi o diagnóstico? Houve mais de um responsável? O Secretário de Assistência Social mencionou que uma pessoa foi detida, mas parece que no depoimento dessa pessoa não se confirmou exatamente que ela teria sido responsável, salvo engano. Porém, então, qual foi o diagnóstico feito, seja pelo Corpo de Bombeiros, seja pela Secretaria de Segurança, sobre a origem do incêndio?

A SRA. ANA CLAUDIA VIGLIAR – Boa tarde a todos. Boa tarde, Vereador. Não dá para saber a origem, ainda, porque as perícias estão sendo feitas. Quem faz isso é a Superintendência de Polícia Técnico-Científica. Existem dois inquéritos que foram instaurados no 8º DP, que é do Brás: um pelo incêndio, pelo próprio incêndio, que é o 256, de 2019; e o outro, sobre homicídio qualificado, que seria da vítima que veio a falecer no hospital. Acho que

até o fim de semana, ela não tinha identificação. No começo desta semana, ela foi identificada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – A senhora pode informar o nome?

A SRA. ANA CLAUDIA VIGLIAR – Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Ainda não tem?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ANA CLAUDIA VIGLIAR – Eu acho que não teve essa informação. Não teria sido identificada? É? Tivemos essa informação? Ainda não?

É o Sr. Ronaldo dos Santos. Ele era morador da comunidade. Ele estava dormindo. Foi socorrido por populares. Deu entrada no Hospital Salvalus e não resistiu aos ferimentos, entrando em óbito em 24 de março.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – A idade tem?

A SRA. ANA CLAUDIA VIGLIAR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Não tem, mas... Muito bem.

A SRA. ANA CLAUDIA VIGLIAR – Parece que, até pela própria imprensa, constou que haveria um corpo no IML sem identificação até o fim de semana passado, mas houve a identificação dele no início dessa semana.

Esses dois inquéritos, tanto do homicídio, para verificar as causas da morte desse rapaz, do Ronaldo... Nos inquéritos, o delegado está ouvindo as pessoas da comunidade, os moradores, e, ao mesmo tempo, a SPTC, a Superintendência de Polícia Técnico-Científica, está fazendo as perícias. Demanda tempo, agora, porque eles têm de descobrir a origem, o foco e o motivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem. Agradeço se, quando tiver o diagnóstico, puderem encaminhar à Comissão de Direitos Humanos.

A SRA. ANA CLAUDIA VIGLIAR – Com certeza. Irá para o inquérito e vai ser comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Por favor, seu nome completo?

O SR. VINICIUS GUERRERO – Vinicius Guerrero. Eu sou Coordenador do Movimento Comunitário Trabalhista. Estamos ajudando o pessoal da Comunidade do Cimento e, agora, da Rua do Hipódromo.

A pergunta é meio técnica, Major Cíntia. É em relação ao que o Secretário Municipal de Desenvolvimento falou – que, nas costas de um dos funcionários, houve fogo e, aí, acabou-se, pelo primeiro inquérito, tentando elucidar que, na verdade, quem teria feito seria o Genivaldo.

Um bolsão de ar pode passar por dentro de uma barraca e outra e fazer com que o fogo se propague pelo oxigênio, não é isso?

R – Normalmente, isso acontece em ambientes muito fechados.

P – como uma barraca?

R – Na verdade, o fogo explode. Quando você tem um ambiente muito fechado e ele está muito quente. Quando você abre uma porta ou uma janela, por exemplo, pode acontecer de ter uma explosão, mas num ambiente muito quente e muito fechado, se tiver uma abertura já tem o contato com o oxigênio.

P – Eu pergunto isso porque o Delegado Milton, da 8ª, já abriu uma outra linha de inquérito, em relação ao início do incêndio e que não culpabiliza o Genivaldo. Ele é uma vítima que morava no local. Não teria porque ele incendiar suas próprias coisas, sendo que a reintegração seria no dia seguinte.

R – Eu acredito que a própria investigação possa chegar a uma conclusão.

P – É algo razoável.

Eu queria declarar que nós estamos muito próximos, Major Frederico, ao pessoal do Cimento. Nós gostaríamos de tratá-los com toda a dignidade, assim como precisamos pedir essa mesma dignidade no trato. A gente está aberto a fazer uma visita no Batalhão junto a

outras entidades; há diversas entidades – todos nós estamos de olho por eles. A gente compreende que todos somos seres humanos. Nós não somos inimigos da Polícia Militar nem da Guarda Civil Metropolitana, a gente só quer um bom nível no trato e no debate. Sabemos que vocês cumprem ordens que vêm de cima, mas na hora de realizar pedimos que tenham uma conversa um pouco mais branda. É só imaginar que o Batalhão estivesse pegando fogo – como todo o respeito. É só se colocar no lugar para evitar qualquer tipo de abuso às vezes.

O nosso movimento abre esse diálogo para a conversa, queremos tratar com os senhores todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem.

(NÃO IDENTIFICADA) – Vereador, posso responder ao Vinícius. (Pausa) Agora a gente está na mão da parte científica. O Delegado, às vezes, tem várias linhas de raciocínio porque várias versões lhe chegam. Agora, quem vai desvendar isso mesmo é a parte científica da perícia. Pode ficar sossegado que vai sair a conclusão sobre a origem, sobre qual foi o material inicial da combustão, tudo isso vai sair.

O SR. FREDERICO – Vinícius...

O senhor me permite só para concluir?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Pois não, Major Frederico.

O SR. FREDERICO – Vou pegar um pouco da fala do Secretário. Ao que parece, a reintegração, no dia – não estive, porque não trabalho no Batalhão -, ocorreu sem qualquer tipo de se não. Pelos relatórios que eu tenho, se houve alguma coisa não me parece que seria no dia anterior, na liberação da Alcântara Machado e da Radial Leste e da Rua Bresser.

Não sei se você já teve a particularidade de ver o planejamento de uma reintegração, eu te faço de forma resumida: primeiro, quem faz a reintegração de posse não é a Polícia Militar. Quem faz a reintegração de posse é o Poder Judiciário. Se ele acha que não dá conta, ele pede o apoio da Polícia Militar. Ocorre que há inúmeras reintegrações de posse sem o apoio da força policial.

Quando chega a um Departamento de Operações, o qual vai planejar isso com todas as autoridades Municipais e Estaduais envolvidas ao longo de muito tempo. A última reintegração que eu comandi demorou, mais ou menos, três ou quatro meses, para quatro ou cinco mil pessoas havia na Comunidade Brahma em Osasco. E inúmeras reuniões são feitas.

Um dos presentes falou que tinha uma viatura que filmava. Na verdade, há um monitoramento constante do local que antecede a reintegração de posse. Há a ideia de convencimento de que se resolva a questão antes da reintegração em si. É claro que é preciso um apoio de caminhão, de destino de local, de matrícula de criança, de zoonose com os animais domésticos, e, às vezes, é melhor, realmente, aguardar.

Naquele dia dessa última reintegração, me lembro de vários moradores que para ir e não precisa do apoio do Poder Público Municipal deve ir ao local, naquela reintegração.

Então esse monitoramento, essa questão, notei aqui essa tensão que antecedia à reintegração e não é o comum. Não é o usual. Não estou dizendo que não ocorreu. Não é o comum, por isso já relatei aqui, a ideia é de que todo mundo tenha o direito social básico à habitação, à moradia. E o Batalhão está lá apenas para cumprir uma ordem e tem de cumprir a ordem com respeito à dignidade humana porque isso está acima e é fundamento constitucional.

Então depois que acabar aqui, o senhor pega meu telefone e vamos tentar acertar essa reunião lá no Batalhão, se possível com todo mundo. Pode ser, Vinícius?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Major Frederico e Dra. Ana Claudia.

Vamos ainda ouvir a Comissão de Direitos da OAB, a Guarda Civil Metropolitana, mas queria dar oportunidade às senhoras mães. Podem vir ao microfone. Pode falar daí com o nenê no colo. Seu nome completo?

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA - Meu nome completo é Ana Carolina de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – E o seu menino?

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA – É o Davi Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Pois não, Ana Carolina.

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA – O que você quer saber? Porque tudo aqui vocês já sabem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Então eu farei breves perguntas. Há quanto tempo morava na Comunidade do Cimento?

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA – Um ano e meio, mas têm pessoas que estavam lá há mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – O Secretário Marcelo Costa Del Bosco Amaral mencionou que lá estavam quantas famílias e pessoas, prezado Secretário?

O SR. MARCELO COSTA DEL BOSCO AMARAL – 215 pessoas cadastradas.

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA – Não. Muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Aproximadamente, porque tenho a impressão de que havia...

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA – É muito mais. Não sei dizer exatamente, mas é muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Havia um número significativamente maior. Se for falar em número de pessoas...

O SR. MARCELO COSTA DEL BOSCO AMARAL – Vereador, cadastradas que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Sim. Muito bem, mas número de pessoas aproximadamente que estavam na Comunidade do Cimento, digamos, no último mês, de fevereiro para março, aproximadamente quantas eram? Tipo 600 ou mais de mil pessoas?

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA – Bom, vamos colocar umas 500.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Cerca de 500.

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA – Isso. Mas não eram 250 não. 250 é muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – E você tem mais de um filho?

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA – Eu tenho ele e estou gestante novamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – E onde você está agora?

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA – Estou lá na Rua do Hipódromo, porque nem todo mundo teve para onde ir. E nós que não tínhamos para onde ir tivemos que ir para a Rua do Hipódromo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Na Rua do Hipódromo há também um processo de reintegração pedindo para vocês saírem?

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA – Sim. Nós teremos de sair de lá, se não me engano, dia 23 agora. É dia 23 gente? (Pausa) É dia 23.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Algum órgão da Prefeitura conversou com vocês sobre alguma assistência?

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA – Comigo nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Quer dizer algo mais?

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA – Não. Até mesmo porque já foi dito tudo o que era para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Por favor, Natália, pode usar o microfone.

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA – Só uma pergunta, referente à documentação, à escola, porque falamos que teve isso para a gente, mas não teve. Não teve porque minha criança sempre foi de creche.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Ela está na creche hoje?

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA – Não está na creche. Tem um bom tempo que estou procurando, estou atrás. Não só eu como outras mães também, documentação, nada disso está sendo fácil. Estamos sem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – A Secretaria da Educação informou que há vagas. Gostaria que depois pudesse informar...

A SRA. ANA CAROLINA DE SOUZA – Então, já que ele informou queria saber com quem, por onde procurar, porque quando é com a gente é muito mais difícil. Vou passar aqui para ela. Uma boa tarde para todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Por favor. Seu nome completo, Natália?

A SRA. NATÁLIA PEREIRA - Natália Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Quantos filhos têm?

A SRA. NATÁLIA PEREIRA – Seis.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – De que idade até que idade?

A SRA. NATÁLIA PEREIRA – A mais velha tem 17 anos e a mais nova tem três.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – E todos estão seja na creche ou no Ensino Fundamental ou Ensino Médio? Todos estão estudando?

A SRA. NATÁLIA PEREIRA – Têm quatro filhas minhas que estão estudando, mas a única que estou tendo problema para poder colocar na escola é a mais novinha de três anos que não querem pegar. E a minha menina de sete anos que mora com a minha mãe justamente pelo fato de toda a vez que vou à escola para fazer a transferência dela, sempre alegam a mesma coisa, que não tem como fazer a transferência de um Município para o outro.

Então falar que já foi resolvido. Não. Não foi resolvida essa pauta para as mães do Cimento, algumas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Há quanto tempo estava ali na Comunidade do Cimento?

A SRA. NATÁLIA PEREIRA – Dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – E agora está na Rua do Hipódromo?

A SRA. NATÁLIA PEREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – E houve algum diálogo de órgão da Prefeitura com a senhora sobre o que vai acontecer se tiverem de sair de lá por causa da nova reintegração?

A SRA. NATÁLIA PEREIRA – Não. Assim, da forma como vejo essa reintegração de posse que colocaram para nós agora, está sendo da mesma maneira que colocaram a outra, porque eles não estão pensando nas crianças, nas mulheres gestantes que são muitas, não estão pensando em idosos, não estão pensando em nada. Estão simplesmente pensando em requerer aquele imóvel para si.

Desculpe a expressão da palavra, pô, vamos dar uma maneira aí para nós porque está difícil. Não é fácil não. É fácil sentar aí e é fácil, com perdão, não tenho nada contra os policiais, falarem que no momento da ação lá no Cimento, falar que a Polícia não agrediu. Mentira. Porque no momento que o rapaz que veio a falecer, na hora que ele passou, ele não era morador do Cimento. Ele não estava dormindo em barraco nenhum.

Eu falo isso porque sou prova viva, ele estava me ajudando a tirar minhas coisas, porque eu tive que na hora do fogo eu estava na Rua do Hipódromo fazendo o meu barraco e recebi a notícia de que a Favela estava pegando fogo. Corri para lá, deixei a minha filha, corri para lá e no momento em que estava tirando as minhas coisas, esse senhor passou. No que ele passou, ele falou: moça, vou te ajudar. Eu falei: muito obrigada.

Não vi quem foi, pegaram um botijão de gás, jogaram na labareda. Foi onde ele passou e explodiu nele. Foi nesse momento que chegou a viatura na parte de traz da Radial. E na hora que eles desceram eu falei: moço, o senhor senta aqui, por favor, que eu vou procurar ajuda, que eu vi o Corpo de Bombeiros passando. Na hora que eu desci, que eu levantei a mão

e vi aquele monte de polícia descendo, não tinha necessidade de vir para cima de nós com escudo. Um policial muito altão, na hora que eu olhei assim para ele: eu preciso de ajuda que está queimado, que eu levantei a mão para mostrar, que não estava indo ao encontro deles para fazer gesto nenhum, eu só fui pedir ajuda. O policial simplesmente ele armou, fez assim e começou a atirar. Foi onde eu saí correndo o corre. Saí gritando corre, que aí eles começaram a atirar sem dó para cima de gestante, para cima de criança.

Eu, no momento que o policial deu o primeiro tiro, não foi bala de borracha. Esse tiro que ele deu não foi de borracha porque eu vi o fogo saindo do cano da arma, está entendendo? Na hora em que ele deu tiro, torci meu pé, fiquei mais de três dias com o pé parado porque foi uma agressão muito grande da polícia, sim, eles chegaram com muita violência para cima da comunidade, inclusive com palavras de baixo escalão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Prezada Sra. Natália, acredito que o seu depoimento do que ocorreu, inclusive com aquela pessoa que havia sido em princípio a acusada de ter sido responsável pelo incêndio, é altamente esclarecedor até para as autoridades que estão presentes: da Polícia Militar, da Secretaria da Segurança Pública, da Guarda Civil Metropolitana, inclusive para que o Secretário da Assistência Social Marcos possa tomar conhecimento.

Então agradeço muito o seu testemunho, que é importante para os diagnósticos que ainda estão por serem concluídos. Muito obrigado.

A SRA. ANA CLAUDIA VIGLIAR – Sra. Natália, esse senhor identificado, que consta na investigação que ele seria morador e que estaria dormindo, você disse que ele estava passando. Talvez morador da região?

A SRA. NATÁLIA PEREIRA - Essa parte desse senhor que veio a falecer começou assim: na hora que me avisaram que a favela estava entrando em chamas, eu subi correndo e olhei para cima e, dentro da favela, ainda estava pegando fogo no primeiro barraco. Mas na parte de cima, onde a gente chamava de paredão, já estava vindo o incêndio do último barraco.

O incêndio não começou dentro da favela, o incêndio começou fora da favela.

Na hora em que eu que eu vi o fogo, que eu subi desesperada e vi algumas pessoas lá para cima, eu comecei a gritar: “Gente, para fora. Desce, desce, vamos descer”. Ele foi me ajudar a tirar minhas coisas, que ainda estavam no meio da favela.

A SRA. ANA CLAUDIA VIGLIAR – Então, no seu local ainda não estava, o incêndio não tinha chegado, para vocês estarem conseguindo.

A SRA. NATÁLIA PEREIRA – Não, ainda não.

A SRA. ANA CLAUDIA VIGLIAR – E, depois disso tudo, você disse que viu a polícia chegando, você sabe que ele faleceu em cima do incêndio. Se houve outra causa paralela, a gente vai descobrir.

Como ele entrou então no incêndio para se ferir? Você sabe qual foi o caminho dele?

A SRA. NATÁLIA PEREIRA - Foi assim: no momento em que a favela que começou a pegar fogo, do meio da favela para cima, eu chutei uma parte da favela para poder ganhar tempo e para poder tirar as coisas. Foi nessa que ele passou e me viu colocando as coisas para o lado de fora, eu ainda não estava atravessando. Ele falou: “Moça, você põe para fora, que eu vou atravessando”. Foi na hora que ele pegou o meu colchão, colocou, e foi na hora que jogaram o botijão, que explodiu em cima dele.

A SRA. ANA CLAUDIA VIGLIAR – Como assim jogaram? Í

A SRA. NATÁLIA PEREIRA – Na hora, foi muita muvuca, foi uma coisa tão assim perplexa: muita fumaça, muita coisa que... Meu Deus do céu, não deu para ver a pessoa que jogou, mas que jogaram um botijão...

A SRA. ANA CLAUDIA VIGLIAR – Isso que teria sido a causa do incêndio que o atingiu? Porque ele não estava no incêndio, ele não estava se arriscando.

A SRA. NATÁLIA PEREIRA – Não, porque na hora em que ele passou jogaram o botijão e explodiu nele.

A SRA. ANA CLAUDIA VIGLIAR – Obrigada. Eu vou indicar o seu nome para, eventualmente, você ser ouvida no inquérito, porque é esclarecedor até da própria morte do rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Quero agradecer a presença da Vereadora Juliana Cardoso, dos Vereadores Toninho Vespoli e Gilberto Nascimento.

Tem a palavra o Sr. Wilson Batista dos Santos, da Guarda Civil Metropolitana, para falar sobre a tudo que o senhor sabe que aconteceu, para complementar as informações.

O SR. WILSON BATISTA DOS SANTOS - Boa tarde, nobre Vereador, em nome de quem eu cumprimento todos os integrantes da Mesa; boa tarde ao público presente também.

Nós, da Guarda Civil Metropolitana, atuamos efetivamente na ação de reintegração somente no dia 24, no domingo, a partir das 6 horas da manhã até por volta das 5 horas da tarde. Estive presente coordenando o nosso efetivo e, durante todo esse momento de permanência lá, realmente ele estava presente, estive acompanhando ele, as assistentes sociais que lá estavam prestando assistência às famílias que ainda se encontravam lá, depois do incêndio; as equipes que estavam fazendo o transporte dos seus pertences, dos seus animais, inclusive escoltadas por efetivo nosso, através de motocicletas.

Então, durante esse período, não visualizei qualquer ato de violência de qualquer integrante da Polícia Militar ou da Guarda Civil contra qualquer morador que se encontrava lá. Isso, no dia 24, quando estava prevista a reintegração.

Anterior a isso, nós não temos registros nenhum que possamos contribuir com os senhores aqui. Jentão nós, da Guarda Civil, ficamos à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Está bem. O Major Frederico tem um esclarecimento inclusive sobre o que a Sra. Natália expressou.

O SR. FREDERICO – Sra. Natália, a senhora falou que viu saindo uma labareda, um fogo da arma do policial. Deixe-me explicar para senhora e para todos: a bolacha é a mesma, é o recheio que muda. Sendo munição de elastômero, ou borracha, ou munição real, o

mecanismo é o mesmo, então vai sair uma faísca, ou uma labareda, a arma vai esquentar. Mas eu asseguro para senhora que não foi utilizada munição real, ou seja, munição letal. Foi usado o elastômero, eu fui Tropa de Choque como Tenente e Capitão, e o policial ali, com esse tipo de arma, nem se ele quisesse usar uma munição real nesse tipo de arma longa, ele não teria como. Tenho certeza de que a senhora viu sair fogo da arma, sim, mas asseguro para a senhora que o recheio, o que saiu, foi uma munição de borracha.

A SRA. NATÁLIA PEREIRA - Não vou generalizar, eu vou colocar o que eu vi no momento. O senhor acabou de citar que só muda o recheio da bolacha. Mesmo mudando esse recheio, se uma bala dessa, mesmo sendo de borracha, pega na barriga de uma grávida, que estava lá no momento em que ele começou a atirar, se pega na perna de uma criança, ou de uma mãe que estava lá, será que não vai machucar, não vai matar?

A munição é menos letal. Então, tem uma regra de uso, uma distância, uma altura. A senhora não tenha dúvida que, se suportamos um tiro de elastômero, de bala de borracha, em uma distância curta num olho, vai ficar cego; mas, para isso, o policial é exaustivamente treinado para não atirar na barriga da grávida, para não atirar no rosto da pessoa. Existe uma distância, é óbvio que é para machucar, porque é para você tirar a população, tirar quem a gente chama de turma.

O uso da munição é uma progressividade de força, então as forças policiais detêm o uso legítimo da força num caso concreto. Então o policial, o comandante local, ele avaliou o cenário para usar a progressividade da força, seja por meio do uso da munição menos letal, seja por meio de munição química, como aqui falaram das bombas, que são artefatos químicos; seja por meio de uma munição real. Foi o comandante local que avaliou.

É muito complicado nós fazemos uma acusação generalizada de um evento. Desconheço um registro recente na história do uso de elastômero, de bala de borracha, que alguém faleceu exclusivamente em relação a esse tipo de munição.

A SRA. NATÁLIA PEREIRA – Mas como a gente vai ter uma noção de que um

policial vai chegar e como vamos saber se aquela munição que está na arma dele é letal, ou não?

O SR. FREDERICO – Concordo, Sra. Natália. A população não tem como saber, mas o importante é que o agente do Estado saiba o que está fazendo. Eu não quis não quis questionar a senhora aqui, eu anotei; depois a senhora também vai entrar no rol, junto com os demais. Eu não quis questionar a senhora sobre violência, mas quando me chamou a atenção falei com o Vereador Eduardo Suplicy e falei “Preciso de um aparte para falar do uso de munição real”. Então, que fique bem claro que não houve uso de munição real, houve uso de munição menos letal, que a gente chama de bala de borracha, o elastômero.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Mas a bala de borracha, Major Frederico, por exemplo, recentemente cegou o Jornalista Sérgio Silva, machucou significativamente o rapaz que está aqui. Eu pude ver a ferida na perna dele no dia, e acho que precisaria informar o Governador João Doria que, se não mata tanto, fere para valer; e imagino que se pegar na barriga de uma senhora grávida, vai prejudicar o neném.

Podemos ouvir as duas pessoas que faltam, para garantir o direito à palavra?

Tem a palavra o Sr. Alexandre Trevisan, da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

O SR. ALEXANDRE TREVISAN – Boa tarde, Vereador Suplicy, todos os presentes, Vereadores, moradores, policiais, Secretários, enfim. A Comissão de Direitos Humanos da OAB foi instalada a participar deste evento, com muita tristeza, tomamos conhecimento de que havia um incêndio de grandes proporções naquele local. Não sei se o senhor chegou a ver, Vereador, mas era uma cena brutal, parecia aqueles filmes romanos de incêndios, enfim, era uma coisa exatamente bárbara, para a gente usar o melhor termo, talvez.

E contra a barbaridade, só um uma possibilidade, Vereador, que é a civilização. Eu acho que esta audiência pública que o senhor chamou aqui insta a civilização.

Saúdo a presença do Major Frederico pela Comissão de Direitos Humanos da

Polícia Militar, porque nós precisamos dos direitos humanos também em todas as ações policiais. A gente viu recentemente o que aconteceu no Rio de Janeiro, foi uma coisa brutal, foram 80 tiros contra um carro; e, infelizmente, o trabalhador veio a falecer. Isso não tem volta, como essas coisas que foram contadas aqui não têm volta também. O que a gente quer é que isso não aconteça. Não é por ódio ou qualquer outro sentimento contrário às instituições, é porque a gente quer que a população acredite nas instituições. É isso que a Comissão de Direitos Humanos da OAB quer.

Por isso, nós chamamos, enquanto comissão, uma reunião juntamente com o Condepe, Conselho de Defesa da Pessoa Humana; e ouvimos diversos relatos, inclusive esses que foram trazidos aqui a esta audiência pública. Um deles, que diz respeito exatamente ao processo judicial é de que, ao contrário do que informou o representante da Secretaria da Habitação, é de que a juíza não ouviu os representantes das famílias, de uma forma juridicamente aceitável. Por quê? Porque simplesmente foram lá sem defesa. Foram lá sem advogado, foram lá sem a Defensoria Pública. Foram ouvidos, diante da situação em que se encontravam, não de superioridade nesse caso, mas de uma situação de inferioridade. A gente sabe como é difícil estar diante de uma autoridade; como é difícil para essas pessoas, mesmo aqui, terem a coragem de falar o que falaram, diante de autoridades, de policiais, de Vereadores e diante da própria televisão. É um ato de extrema coragem, e essa coragem é que a gente deve levar em consideração, para efetivamente fazer com que os Direitos Humanos prevaleçam. Quando eu digo prevaleçam é nesse próximo episódio que vai ocorrer no despejo da Rua do Hipódromo. Inclusive eu fui lá e vi a Rua do Hipódromo. Quando eu cheguei lá, havia duas criancinhas. Veio uma menininha e me abraçou. Aí veio outra. Acho que ficou com ciúmes. Devia ser irmã. Abraçaram-me e me fizeram levantar. Eram duas crianças. Não eram policiais, não era gente do Exército e não era gente dos Direitos Humanos. Essas crianças precisam de apoio. Uma sociedade que não garante os direitos das suas crianças é uma sociedade que vive na barbaridade. A gente precisa garantir o mínimo. É verdade que nós não

vamos resolver tudo. É verdade que aqui existe uma casca que nos protege, que não faz com que a gente possa entrar em conflito. Ainda bem que existe isso, mas a gente precisa realmente garantir os direitos das crianças, os direitos dessas mulheres que estão grávidas lá e dos idosos; e aí a gente chama a Secretaria da Habitação e a gente chama a própria Polícia Militar. A gente quer conversar. A gente se coloca à disposição, juntamente com as entidades que acompanham, para que esse despejo e outros que a gente possa agir não levam a situações como essa. A gente tem uma alguma experiência nisso. Não adianta agora ficar querendo saber quem foi que jogou fogo. A gente sabe muito como essas coisas ocorrem. Dificilmente se chega a uma conclusão, e não é exatamente a punição que a gente quer. A gente quer que isso não aconteça mais.

Então, eu quero aqui saudar todos e colocar a Comissão de Direitos Humanos da OAB à disposição de todos, inclusive da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Militar.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado. É muito importante a sua colaboração. Agradeço a OAB, prezado Alexandre.

Tem a palavra o Sr. Chico Bezerra, da Comissão de Justiça e Paz.

O SR. CHICO BEZERRA – Eu vou procurar ser breve. Então, eu vou focar e depois me disponho a conversar com quem quiser. Começo dizendo o seguinte: Com todo respeito, Sr. Presidente, a audiência pública é para ouvir o povo. Ponto. Estou dizendo isso com todo respeito à Mesa e estou dizendo isso porque disse também, dentro da OAB, que, em muitas audiências públicas, quando o povo vai falar, todos da Mesa, com todo respeito - não é o caso aqui agora - falaram, e isso toma todo um tempo. Isso aconteceu agora em Suzano, numa audiência acerca da questão da escola. Isso vai como lembrete. Com relação à OAB, eu procurei fazer essa observação, para que a gente não repita isso. Ouvi um pouco a Mesa. Queria focar uma coisa. Tenho um respeito enorme aos militares. Respeito é uma das palavras que eu mais uso, mas eu não respeito milicos. Entendam como quiserem. Segunda coisa: Nós

temos, na mesa, oficiais já graduados mais do que os outros - permitam-me dizer, companheiros de trabalho da segurança pública, que, nas próximas audiências, procurassem vir desarmados, no sentido de arma. Esse é um ponto. É uma observação que nós, da Comissão de Justiça e Paz, estamos tentando, porque a verdade é o seguinte: Eu falo, com muita propriedade, quando, muita alegria, fiquei sabendo que os senhores, principalmente da Polícia Militar, numa pesquisa que foi feita, se não me engano, em 70 e poucos por cento, é pela desmilitarização. Nota dez. Eu estou dizendo isso e foco a questão principal, que é o objetivo dessa audiência pública: o despejo. Então, eu peço encarecidamente. Não vou pedir ao Poder Judiciário. Vou pedir ao pessoal que, a pedido do Poder Judiciário, seja o juiz que fui o relator, façam o acompanhamento, dentro do maior respeito - isso é possível - porque eu conheço muito dos senhores, dentro dessa linha, para que não venha acontecer o que está acontecendo. Aqui vai uma coisa: Têm que punir sim, colega, companheiro, camarada da OAB, têm que punir, no momento, mas o certo é que se repita isso; e eu acredito que, dentro da Polícia Militar - conheço algumas pessoas, principalmente o pessoal mais da periferia, os soldados, com quem tenho relação - isso tudo é possível. Basta ter vontade política e a gente ter, como lema: respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra o Sr. Thiago Moliani, da Mooca Cidadania.

O SR. THIAGO MOLIANI – Eu vou ser breve. É só para corroborar algumas informações. No dia 19, numa reunião do Conseg Belém, obviamente antes da desapropriação, questionado ao Poder Público, representado, no local, pelo pessoal da subprefeitura da Mooca, o questionamento: “Têm todos cadastrados?” Falaram que sim. Como nós vimos hoje, não tinha. Então, a gente já parte desse princípio que estava bagunçado. Segundo item, a informação, o pensamento e o que foi falado, nessa reunião do Conseg: aqueles que estivessem, no dia 24, seriam tratados como bandidos, porque, até o dia 23, sairiam as

———
pessoas de bem. Essa foi a informação dentro do Conseg. Não posso afirmar de quem veio a fala, mesmo porque me esqueci do nome, mas já existia uma pré-disposição de uma ação violenta por parte do Poder Público. Prosseguindo, no dia 22, quando tínhamos o início da saída voluntária - os moradores podem me confirmar isso inclusive - a informação é: A Prefeitura não enviou nenhum caminhão, a Prefeitura não enviou nenhum agente para auxiliar, e, no dia seguinte, no dia 23, a Prefeitura enviou, às duas e meia da tarde, aproximadamente, e, às quatro e meia, já tinham ido todos embora, ou seja, a Prefeitura não sabia quantas pessoas havia e não disponibilizou o que deveriam disponibilizar. Já existia uma pré-disposição para uma ação violenta, e fica um questionamento e mais duas outras informações. O Padre Júlio novamente está sendo ameaçado de morte com a divulgação do seu endereço e com a divulgação em *sites*. O que está acontecendo? O que está sendo feito para proteger o Padre Júlio? Já é de longe, está cada vez mais intensificando, que a gente está vivendo num clima de violência e alguém vai fazer algo errado. Há o Padre Júlio. Ele está lá. Ele é visível, ele está auxiliando a população. Ele é uma das únicas frentes reais que nós temos. É por meio dele que nós sabíamos quantas pessoas havia no local. É por meio dele que as pessoas que moravam lá sabiam o que estava acontecendo. Quando forem visitar, a informação ninguém tinha. Era o Padre Júlio o responsável para repassar informação. Cadê o Poder Público nessa hora? Onde foi parar? Por fim, fica um questionamento: Se a desapropriação involuntária, vamos dizer assim, era para ser no dia 24, por que previamente, antes do incêndio, nós já temos relato da Polícia, da Guarda Civil agindo de forma coercitiva contra essas pessoas? Então, tudo o que foi falado aqui, nada que o Poder Público falou é verdade. Tudo vai contra isso. O que está sendo feito? O que vai acontecer no dia 23? Antes as pessoas cadastradas novamente, sem cadastro nenhum, já estão sabendo que vão ser desapropriadas novamente a menos de um mês, num local, num galpão que corre risco novamente de incêndio, num local que, dessa vez, só há uma saída e onde não conseguem correr para mais nenhum lugar. O que vai acontecer? Cadê os cadastros? A gente está tentando resolver um problema que passou. A gente já tem uma boa

base, que o Poder Público falhou absurdamente, e ali, na frente, vai acontecer. Daqui a vinte dias, nós vamos ver mais um incêndio, nós vamos ver mais uma morte.

A última questão é uma indignação por parte do Padre Júlio. A família chegou a reclamar o corpo do falecido? Houve alguma família?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Ainda não.

O SR. THIAGO MOLIANI – Por fim, uma informação. O Padre Júlio vai fazer uma procissão ali, em memória do falecido, da Rua dos Trilhos até o local da Favela do Cimento, da comunidade do Cimento agora no domingo ao meio-dia. Estamos prestando homenagem ao Sr. Ronaldo, se não me engano.

A reunião do Conseg Belém ocorreu, salvo engano, no dia 19. Foi na semana, se não me engano, da própria desapropriação, na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Eu queria aqui lembrar que, na sexta-feira anterior ao sábado do ocorrido, do incêndio, eu próprio encaminhei, já tinha lido, na tribuna da Câmara, na sexta-feira, entreguei uma carta pessoal minha ao Sr. Prefeito Bruno Covas, com cópia para a Sra. Juíza Marília Gabriela, dizendo que considerava importante, atendendo inclusive ao apelo do Padre Júlio, que houvesse uma prorrogação do prazo e não aquela data fatal, que acabou acontecendo.

Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa tarde a todos. Primeiro venho falar um pouco das secretarias e do Poder Público. Eu estive lá no domingo de manhã e conversei com o Secretário, o que não está mais na Secretaria, o que pediu as contas, pediu exoneração. Conversando com ele, ele falou para mim assim: Vereador, tem vaga para todo mundo nos abrigos. E eu falava: Secretário, não tem. Eu visito abrigos. A gente conversa com o povo em situação de rua, não tem. Aí ele falou: não, tem para esse pessoal aqui. O que ele quis dizer com isso? Que se colocar as pessoas em situação de rua e esse pessoal, não tem. No fim é isso.

Então às vezes a gente tem que olhar os problemas, encará-los e falar a nossa situação enquanto Estado, enquanto Prefeitura, enquanto Câmara Municipal, de fazer um debate muito franco entre nós das possibilidades que a gente tem de resolvê-los. Não dá mais, a população já percebe isso. Não dá mais para ter versões oficiais das Secretarias falando que têm condições de resolver os problemas, sendo que as pessoas estão vendo que não têm. Porque fica tão notório o negócio que a gente não consegue assumir e discutir com a profundidade que merece.

Existe dificuldade hoje de vagas em CEIs, EMEIs e creches? É claro que tem. Eu cheguei atrasado, porque fui visitar três unidades escolares e a DRE tenta empurrar de todo jeito que a unidade escolar assuma aquela criança, mas não tem como fazer isso, porque para colocar um colchãozinho na CEI, na creche, tem que ter um metro e meio quadrado. Não dá para você colocar além da porta. É isso que está acontecendo. Então não adianta a gente não encarar os nossos problemas e fazer um debate de acordo que tem, porque o problema é social. Os problemas são inúmeros. E as pessoas não podem ser tratadas como pessoas que não são seres humanos, porque o problema é social. Ninguém não trabalha porque quer, ninguém mora na beira de um córrego porque quer, porque não é legal morar nesses lugares. Não é legal morar na beira da estrada. O problema é social e tem que ser tratado com essa magnitude. E aí tem a questão do Estado de como lidar com isso e principalmente da polícia - e quando falo em polícia não é o trabalhador policial. Vamos separar um pouco as coisas. O trabalhador policial recebe ordem, ganha pouco e tem um monte de diversidades e problemas. Por isso não estou falando do trabalhador policial, que esse sim merece todo o nosso respeito, mas o problema é a Corporação. Porque para mim é inadmissível ouvir o que ouvi nesta Mesa: algo menos letal. Não! Escutei depoimentos de mães, de pessoas, mulheres que foram salvar crianças no barraco na hora do incêndio e era bala que passava dela a um metro, um metro e meio. Não acho que a pessoa, naquela confusão, tem tanta formação assim para conseguir mirar certinho, naquela confusão toda, um metro além da pessoa, simplesmente, para assustar.

Não. Já morreu uma pessoa, ali não aconteceu coisa pior porque eu só acredito em Deus, porque senão aquilo tinha virado uma miséria de carnificina, porque era mulher grávida que podia ser ter sido atingida por aquela bala.

Então, assim não dá para falar assim: Ah, simplesmente uma força menor. Não, não é para tratar seres humanos com esse tipo de força. É isso que tem que se discutido aqui, porque são seres humanos. Poderia ser o filho de qualquer pessoa que estava ali, qualquer parente nosso que está ali, enfim, são pessoas que merecem respeito por conta disso. São brasileiros, são trabalhadores, contribuem com a nossa sociedade. E aí eu acho que tem um problema de concepção da Corporação, porque esse tipo de violência e esse tipo de maltrato que acontece não é uma coisa esporádica e não dá para individualizar o trabalhador como se ele fosse culpado. Isso é uma concepção de corporação, uma questão de formação da corporação e essas coisas têm que ser discutidas. E a sociedade quer discutir, porque somos nós que estamos nas ruas o tempo todo e percebemos isso.

E eu posso dar um exemplo muito claro, porque na minha família... Eu sou casado com uma negra e tenho sobrinhos brancos e negros, que são todos pobres que frequentam os mesmos lugares e a gente percebe os meus sobrinhos brancos como são tratados e os meus sobrinhos negros indo para os mesmos lugares. Isso é concepção da corporação.

Por isso esses temas têm de ser debatidos e a gente, como sociedade civil, quer sim debater, porque isso diz respeito às nossas vidas. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Vereador Toninho Vespoli.

Passo a palavra à professora Solange, do Condepe, mas tem de ser telegráfico, porque já estourou o tempo.

A SRA. SOLANGE – Apenas para fazer duas considerações. Quando eu cheguei neste lugar, achei que eu estava na audiência pública errada, porque a fala da Secretaria de Assistência Social, e eu posso falar porque eu sou Assistente Social há 30 anos e sei do

desmonte da SMADS e a fala da Educação era de uma utopia maravilhosa. Foi a melhor remoção que pode ter acontecido. Eu só percebi que estava na audiência certa quando eu escutei os moradores. Aí percebi que estava no lugar certo.

Então é um pouquinho assim: tenho 17 anos de Poder Público e a gente precisa estar onde povo está. Na segunda-feira, quando fui ao galpão, era um absurdo de ver a situação daquelas pessoas. Então falta humanidade, falta civilidade e falta muitas vezes o Poder Público colocar o pé no chão e estar onde está o trabalhador.

Outra questão que eu quero dizer... Como é mesmo o seu nome? Ah, Natalia. A Natalia diz o seguinte, olha só o absurdo: eu fui correndo com as mãos para o alto pedindo socorro e fui recebida com uma arma. Por que ela é preta? E se fosse eu que era branca? Será que era assim? Iam achar que eu estava sendo assaltada e iam me ajudar? Não podemos receber o povo dessa forma. Gostaria só de pedir um favor, por último, Suplicy: quem é morador da comunidade? (Pausa) Vocês podem se levantar um pouquinho só, por favor? Eu vou pedir para a Mesa que olhe para eles, para ver que eles são pessoas, que têm sentimentos, que são seres humanos e que devemos tratá-los como seres humanos. Olhando para eles eu vejo na Natalia a minha irmã e eu sou totalmente solidária a você. A bala que ia para ti, ia para todas as mulheres. Por isso queremos uma Polícia Militar menos violenta, porque está posto na sociedade que tem que matar, 80 tiros! Desculpe-me, foi sem querer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem, professora.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Mas tem de ser rapidinho, porque já estourou o tempo.

(NÃO IDENTIFICADO) – Não falo em nome dos moradores do Cimento, mas estou sempre em contato com eles. Para qualquer reunião do Condep, para qualquer reunião do Batalhão da PM, eu digo que ninguém faça uso da voz deles. Eles têm de ir para falarem o

lado deles. Não é possível que vire ato político isso aqui. A gente não quer briga com nenhuma instituição do Poder Público organizado. A gente quer paz e esses acenos podem ser bons, construtivos, Toninho e a senhora do Condepe, mas na hora em que a gente volta para as nossas casas, eles ficam lá descobertos. E eu não quero retaliação das forças públicas, por favor, vamos tentar fazer de uma maneira que a gente consiga trazer a paz para todos nós. Por favor.

Obrigado! Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado. Agora eu quero transmitir aos representantes do Executivo, Secretário Marcelo Costa Del Bosco do Amaral e à representante também da Secretaria da Educação, para que possam dar a devida atenção àquelas famílias que inclusive estão na área da Rua do Hipódromo, Galpão, objeto de reintegração nesses próximos dias; bem como àquelas famílias que estão no CTA do Canindé. É importante que possam ter a devida assistência, e quero agradecer a participação de todos que prestaram depoimentos.

Nós vamos enviar às autoridades da Secretaria de Segurança Pública e de Segurança Urbana as notas taquigráficas da sessão de hoje para ajudar no esclarecimento dos diversos episódios que foram relatados.

Damos por encerrada a presente sessão. Muito obrigado a todos.